



EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO: REFLEXÕES SOBRE O CADERNO DO ALUNO UTILIZADO COMO MATERIAL DIDÁTICO

Bismarc Pereira de Souza Teixeira
bismateixeira@gmail.com¹

Resumo

Neste trabalho, é apresentada a experiência de estágio na E. E. Cel. Joaquim Salles, a observação das aulas de geografia e o seu principal guia de aula, o Caderno do Aluno. Uma breve discussão sobre a ideia de currículo é realizada, para assim, ser feita uma análise do material didático elaborado pelo governo do Estado de São Paulo, que visa homogeneizar o currículo e preparar os estudantes de escolas públicas para avaliações externas, acabando por criar uma lógica de transmissão de conhecimento em detrimento da construção do conhecimento em sala de aula.

Palavras-chave: Currículo, Caderno do Aluno, transmissão do conhecimento, construção do conhecimento.

Introdução

O trabalho do professor ou professora dentro da escola vai muito além de sua atuação em sala de aula, pois compreende a realização de diversas atividades tais como: correção de provas e trabalhos, preparação de aulas, preenchimento de diário de classe e ATPC que fazem parte da rotina docente.

A escolha de um livro didático é realizada pelos professores de uma escola. Em contrapartida o *Caderno do Aluno e do Professor* não passa pela escolha dos professores, mas sim do programa educacional do Estado chamado *São Paulo Faz Escola*. Um docente pode escolher trabalhar ou não todas as aulas com o livro didático, mas com a apostila há uma obrigação para sua utilização exigida por parte do estado, da secretária de educação e, em alguns casos, da própria escola para que este material seja sempre trabalhado dentro da sala de aula.

A experiência de estágio dentro da sala de aula permitiu uma visão do que é ser professor e da difícil tarefa de ministrar uma sala de aula com a média de quarenta estudantes, onde o conteúdo da disciplina de geografia não desperta o interesse de todos. O distanciamento do

¹ Discente do curso de graduação de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Trabalho realizado como trabalho final de estágio da disciplina Estágio Supervisionado II, cursada na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro, no segundo semestre letivo de 2015.



Caderno do Aluno com a realidade dos estudantes contribui sobremaneira para essa falta de interesse, fazendo com que o processo de transmissão de conhecimento não resulte em uma visão crítica da leitura do mundo através da geografia.

Dessa forma, busca-se neste trabalho refletir acerca da transmissão e construção do conhecimento na disciplina de geografia realizado através do material didático chamado *Caderno do Aluno e do Professor*. Sendo esta experiência um produto da disciplina de Estágio Supervisionado II, cursada na Universidade Estadual Paulista (UNESP) campos de Rio Claro, no segundo semestre de 2015. O estágio foi realizado na Escola Estadual Cel. Joaquim Sales, localizada no centro da cidade de Rio Claro no Estado de São Paulo, junto as aulas de geografia ministradas para o 8º ano do Ensino Fundamental II.

Breve discussão sobre o currículo

O currículo envolve relações sociais, de poder, políticas e culturais. Segundo Ivor Goodson, as avaliações contidas no currículo escrito servem para a avaliação e análise pública de uma escolarização, sendo estabelecidos por “normas básicas” que determinam a alocação de recursos financeiros, o que cria um vínculo na sua elaboração com formas prévias de reprodução de conhecimento. (GOODSON, 2008).

O estudo da função do currículo começou a ganhar importância nos Estados Unidos no fim do século XIX, com o princípio de controle e eficiência social para a formação de adultos “desejáveis”. Assim, a escola seria o meio para que se efetivasse esse princípio do currículo, embasado em teorias Tradicionais. Porém, ao longo do processo histórico ocorreram mudanças no modo de pensar o currículo, principalmente nos anos 1970 em que surgiram teorias Críticas em reação às Tradicionais.

A formação escolar, reflexo de prioridades sociopolíticas, está diretamente ligada ao currículo, o qual define o conteúdo apresentado em sala de aula, o que vai e o que não vai ser ensinado e supostamente a ordem de como algumas coisas vão ser colocadas no espaço escolar. Sua formulação se dá numa variedade de áreas e níveis.



No contexto atual de educação, as metas estabelecidas para o ensino estão ideologicamente ligadas ao mercado de trabalho. Assim, a formação é organizada para que o estudante aprenda as capacidades exigidas pelo mercado; o currículo está voltado para o mercado, para a lógica neoliberal, com a invenção de uma nova tradição. O Brasil não escapa dessa lógica preestabelecida por agentes externos, por exemplo o Banco Mundial.

O currículo formal unido ao currículo oculto, aquele que não é percebido, pode gerar no estudante uma conformidade com a ordem social da escola, conforme descreveu Henry Giroux, “analisada pelo ponto de vista do estudante, a sala de aula torna-se uma miniatura do local de trabalho, na qual o tempo, o espaço, o conteúdo e a estrutura são fixados pelos outros” (GIROUX, 1977, p. 66).

Quando falamos de neoliberalismo, movimento político e econômico no qual o Brasil está inserido, e que também intervém na educação, a “meritocracia” é colocada como progresso no sistema educacional influenciando o modo de pensar de alguns alunos e professores. Esse modo neoliberal ao intervir na educação escolar não coloca em questão a luta de classes, a consciência crítica e a ação social, apesar da consciência da existência desses fatores, pois isso representa uma ameaça ao funcionamento do capitalismo. A ação de reproduzir, a competição, a privatização e a postura egoísta no currículo formal e oculto, interferem na ação social do indivíduo que pode passar a enxergar a figura eu, individualista, em detrimento do todo social.

Material Didático: A Presença do Caderno do Aluno em Sala de Aula

O material didático é entendido como um mediador na aquisição do conhecimento, pois facilita a apreensão de conceitos e linguagens específicas das disciplinas escolares.

Os livros didáticos e as apostilas apresentam múltiplas faces que influenciam na forma e no conteúdo ensinado nas disciplinas escolares. Porém, como Lopes (2014) argumenta os livros didáticos e apostilas não são apenas instrumentos de mediação do conhecimento, são, antes de tudo, mercadorias de grande importância econômica para a indústria cultural.

Existem dois tipos de livros didáticos o do professor e do aluno. O livro do professor apresenta respostas dos exercícios, atividades extras e elementos para o seu consumo. A editora



visa tornar o livro didático atrativo para a escolha do professor da rede pública por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O *Caderno do Aluno*, material apostilado, foi implantado nas escolas estaduais da rede paulista a partir do ano de 2009 e faz parte do programa estadual de educação *São Paulo Faz Escola*. Sobre a produção da apostila, Lopes explica de forma clara o seu processo:

As apostilas são produzidas para serem utilizadas como planos de aulas, ao apresentar linearmente os conteúdos, o método, as atividades e as avaliações que os professores devem realizar cotidianamente na sua prática docente. São produzidas quatro apostilas para cada ano do ensino fundamental e/ou médio, uma para cada bimestre do ano letivo. Além disso, existe a apostila do professor, que normalmente apresenta as respostas e o método de utilização do material apostilado. (LOPES, 2014, p.94).

Por não participar do PNLD as apostilas não passam por nenhuma avaliação do MEC. Assim, não seguem as diretrizes educacionais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O material visa elevar as notas dos alunos nas avaliações externas, como o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

A utilização da apostila em sala de aula se difere do uso do livro didático. Pois, com o uso do livro, o professor seleciona o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, podendo interferir constantemente no que será trabalhado ou não com os alunos, já que não é necessário passar em sala de aula tudo que está presente no livro didático. Porém, o caderno do aluno tem uma utilização mais técnica dentro da sala de aula, o professor não pode escolher o conteúdo que irá trabalhar, tem que trabalhar com todo o conteúdo apresentado na apostila. Como bem explica Lopes:

Contudo, diferentemente, o material apostilado propõe uma qualidade operacional - técnico que produz um conhecimento homogêneo, ao buscar uma padronização da qualidade de ensino com base em resultados de avaliações externas. Esse material direciona cotidianamente o trabalho do docente, ao apresentar sistematicamente o saber e como deve ser ensinado, desconsiderando as singularidades culturais, sociais e econômicas da escola. De certo modo, o sistema apostilado também interfere na gestão da própria escola, por delinear o caminho que ela deverá percorrer para a utilização desses materiais e impor avaliações ao longo do ano letivo. (LOPES, 2014, p.95).



Sendo assim, o *Caderno do Professor e do Aluno* tem um caráter informacional, não levando em conta a realidade social e cultural dos alunos, não permitindo a construção do conhecimento através do debate construtivo e análise crítica das informações que poderiam ser exploradas em sala de aula entre professor e estudante.

A forma de uso dos cadernos traz consigo uma padronização da organização do conhecimento escolar. O mecanismo de padronização de conhecimento tem como objetivo tornar a educação mais disciplinada e competitiva, com mecanismos semelhantes àqueles utilizados no mercado empreendedor, como: eficiência, meritocracia e bonificação financeira aos profissionais da educação pelo desempenho dos seus alunos nas avaliações externas.

A Secretária da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) submete os alunos a uma avaliação externa, o SARESP, que contém o conteúdo presente no caderno do aluno. O desempenho dos estudantes na prova determina a bonificação salarial do professor.

As ações do professor na sala de aula são definidas por um “passo a passo” do caderno do professor, pois:

[...] o caderno do Professor, além de impor o conhecimento escolar, também dita as ações do docente na sua prática cotidiana, colocando 'o que fazer e como fazer' e interferindo em todo o sistema de ensino da unidade escolar. (LOPES, 2015, p. 106).

Com essa determinação de como fazer e o que fazer dentro da sala de aula, através do conteúdo presente nos cadernos do Professor e do Aluno, unido com a padronização do conhecimento os saberes escolares não são construídos, mas sim transmitidos.

Ensinar não é transmitir conhecimento, esse saber segundo Paulo Freire é essencial ao Professor e deve ser constantemente testemunhado e vivido (FREIRE, 2015). Porém, a realidade das escolas no estado de São Paulo tende a uma vivência de transmissão de conhecimento devido a imposição do uso do *Caderno do Aluno* e sua metodologia homogênea de como a educação deve ser desenvolvida em sala de aula, salvo alguns professores e professoras que burlam na sua prática docente o “passo a passo” das apostilas.



Com a lógica do mercado empreendedor impostas em sala de aula, a ideologia neoliberal está presente na educação, e a apostila é determinante para que os estudantes se preparem para avaliações externas; é fatalista por destinar todos estudantes da rede pública de ensino a uma prova que será aplicada no fim de cada ciclo escolar.

Esse material didático apostilado do estado, não leva em conta a questão do ser humano estar em constante construção e por esse motivo não ser determinado. Assim, a mecanização e homogeneização do conhecimento não são de fato a verdadeira aprendizagem. De acordo com Paulo Freire:

A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como paciente da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. (FREIRE, 2015, p. 67).

O caderno do Aluno e do Professor utilizado como material didático, objetivando avaliações externas e ranking na educação nacional funciona muito mais como uma fonte de transmissão de conhecimento, do que uma fonte de construção de conhecimento no processo de ensino e aprendizagem.

Experiência de Estágio: Aulas de Geografia

As vinte e quatro horas obrigatórias de estágio foram realizadas através do acompanhamento das aulas de Geografia nas turmas do oitavo ano do Ensino Fundamental II. As aulas eram ministradas nas terças-feiras pelo período da manhã, totalizando três turmas que tinham duas aulas seguidas da respectiva disciplina.

Na escola E.E. Cel. Joaquim Salles, existiam salas de aula específicas para cada disciplina escolar. Desta maneira os professores não mudavam de sala, mas sim eram os estudantes que se locomoviam de acordo com os horários estabelecidos pela coordenação pedagógica. Todos eles tinham o seu lugar previamente definido em sala de aula, o chamado “mapa de classe”, tido como uma forma de organização aparentemente estabelecida para facilitar o controle e a disciplina dos alunos em sala de aula.



Apesar destas tentativas de controle eram muito comum presenciar o uso de celular e a presença de alunos que dormiam em classe, mas havia uma minoria que se mostrava interessada em participar da aula e se envolver com o conteúdo trabalhado, sendo com esses estudantes o diálogo estabelecido pela professora durante toda aula. Os estudantes mais dispersos, não eram instigados a participar da aula e não se interessavam em participar.

Todas as turmas trabalhavam com o mesmo conteúdo do caderno do Aluno, do quarto bimestre. Além da apostila, o livro didático era utilizado para complementar o conteúdo trabalhado em aula

Apesar das três turmas serem integradas por estudantes diferentes, a didática para expor o conteúdo de Geografia eram semelhantes, realizado principalmente através de textos e explicação dos mesmos. Em seguida ocorria a realização das atividades a serem respondidas, na maioria das vezes através de questões do *Caderno do Aluno*, em poucas ocasiões elas foram retiradas do livro didático. Com isso a professora dava o visto na apostila ou no caderno, tornando a rotina didática em sala de aula previsíveis.

O *Caderno do Aluno* por trazer um conteúdo pré-estabelecido assim como atividades prontas, acaba por “facilitar” o trabalho dos docentes em sala de aula. Pois, alguns deles possuem uma carga horária de trabalho que nem sempre lhes permite preparar antecipadamente aulas e exercícios, tornando a utilização da apostila a maneira mais prática de se trabalhar os tópicos temáticos em aula. Isso, foi presenciado durante a experiência de estágio e não significa que o uso desse material didático seja a maneira mais eficiente de construção de conhecimento dentro do espaço escolar.

Uma prática pedagógica presente em todas as aulas era a discussão dos problemas apresentados através de questões da apostila de geografia. Mas as respostas que se chegavam após a problematização da pergunta sempre eram respondidas pela professora, que escrevia no quadro-branco para que os alunos copiassem.

A resposta escrita na lousa na primeira aula de geografia permanecia lá, até a última aula. Assim, todas turmas tinham as mesmas repostas sobre uma mesma questão no, o que de



forma consciente ou inconsciente contribui para a homogeneização do conhecimento, uma das propostas do *Caderno do Aluno e do Professor*.

O costume de passar a resposta na lousa para que os estudantes copiassem e ganhassem um visto não incentivava a construção do conhecimento, já que todos os discentes esperavam as respostas serem passadas para depois copiar. Ou seja, não havia um incentivo para exporem suas próprias respostas a respeito da temática apresentada.

Não responder com as próprias palavras pode prejudicar a escrita e a reflexão dos estudantes, que acabavam se acostumando com a rotina didática de respostas prontas. Com a falta de incentivo de escrever a respeito do conhecimento que se está aprendendo na escola, advém uma provável origem da falta de interesse. Os adolescentes são subestimados no que diz respeito a sua capacidade de reflexão sobre um determinado tema e passam a copiar em vez de criar, dificultando na formação enquanto um indivíduo crítico.

A transmissão de conhecimento através do uso desse sistema de ensino apostilado se baseava na utilização do *Caderno do Aluno* associada a prática docente de passar respostas prontas na lousa para que todos os discentes copiassem. Nesse sentido, o que realmente parecia importar dentro da sala de aula era o visto na apostila e a sua conclusão até o final do semestre, talvez não tanto pela escolha da professora em trabalhar dessa forma, mas sim pela cobrança secretária de educação do estado de São Paulo. Portanto, aparentemente não se dava a devida importância se todas as turmas entenderam e aprenderam de fato os saberes geográficos que deveriam ser trabalhados naquela etapa do ensino fundamental.

Considerações finais

O currículo pode definir muitos rumos para a educação, principalmente dentro da sala de aula onde ele é colocado em prática. Pensar políticas públicas para a educação demanda muitas responsabilidades e intencionalidades. A obrigação do uso de um determinado material didático, bastante homogêneo, em todas as escolas da rede estadual de ensino do estado, é um exemplo de um tipo de política planejada para a educação colocada em prática; algumas políticas educacionais buscam a formação do estudante para o mercado de trabalho, e não uma



formação cidadã que permita a construção de um senso crítico do indivíduo que está em idade escolar.

A experiência de um estágio supervisionado em uma escola da rede pública permitiu a observação e reflexão sobre o ensino de geografia. A análise do uso do caderno do Aluno, como material didático imposto pelo governo do estado de São Paulo, demonstra o interesse de alguns atores responsáveis por pensar as políticas educacionais em destinar o ensino para provas de avaliações externas, como o SARESP.

A construção do conhecimento é essencial para contrapor a ideia de transmissão do conhecimento. Porém, a apostila que guiou as aulas de geografia é uma forte transmissora de conhecimento, por prender a professora e os estudantes ao seu conteúdo. O conhecimento não era construído em sala de aula, o material não induzia as turmas a explorar o ensino da Geografia no decorrer do período de observação. Assim, se consolidava um processo de transmissão do conhecimento e também de desinteresse por parte dos estudantes pelo conteúdo ensinado.

Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. Capítulo 3: Educação Social em sala de aula: a dinâmica do currículo oculto. pp.55-77.

GOODSON, I. F. **Currículo, Teoria e História.** Petrópolis: Vozes, 2008. Capítulo 1: Currículo: a invenção de uma tradição. pp. 17-28.

LOPES, M.R.C. **Currículo prescritivo e disciplina do estado de São Paulo (2008 – 2010):** Geografia no ensino médio. Dissertação (mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.